



anteriores

Porto Alegre, quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014

◀ FEVEREIRO/2014 ▶

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

pesquisa

enquete

outras notícias

Aberta licitação para a nova cartografia do Rio Grande do Sul

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) abriu nesta terça-feira (18) licitação para a realização da nova cartografia gaúcha. O investimento no mapeamento (conhecido como restituição cartográfica) é de US\$ 2,4 milhões, financiados pelo Banco Mundial (Bird). Também serão utilizadas nesse trabalho as imagens de alta definição doadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) que, na prática, representam ao Estado uma economia de US\$ 2,2 milhões.

A licitação aberta nesta terça, na modalidade de concorrência, prevê abertura dos envelopes com as propostas de preço e documentação no dia 20 de março, às 10h, no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) - Av. Borges de Medeiros nº 1501. Prazos e detalhes do processo licitatório estão disponíveis aqui.

Fim de uma defasagem de décadas

A atualização cartográfica será fundamental na elaboração de diversos projetos e serviços prestados pelo Governo do Estado, que atualmente conta com um mapeamento defasado feito com base em dados coletados nos anos 1970.

No âmbito dos órgãos ambientais, três projetos estratégicos dependem dessa atualização:

Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); Sistema Integrado de Regularização Ambiental (Siram); e Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres (Smad). Contribuirá ainda para a melhora nos processos de outorga de direito de uso de água e de licenciamentos.

Nos demais órgãos do Governo, a nova cartografia atualizará dados territoriais de rede viária, rede hidrográfica e de manchas urbanas. Além disso, a base de dados usada nesse processo possibilitará renovar dados de cobertura vegetal e uso e ocupação do solo.

imprimir

enviar por email

voltar

newsletter

Cadastre-se aqui para periodicamente receber nossa newsletter.

entrevista

Dirceu foi condenado sem provas, diz Ives Gandra; por Mônica Bergamo/Folha de São Paulo

O ex-ministro José Dirceu foi condenado sem provas. A teoria do domínio do fato foi adotada de forma inédita pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para condená-lo.

Sua adoção traz uma insegurança jurídica "monumental": a partir de agora, mesmo um inocente pode ser condenado com base apenas em presunções e indícios.

Quem diz isso não é um petista fiel ao principal réu do mensalão. E sim o jurista Ives Gandra Martins, 78, que se situa no polo oposto do espectro político e divergiu "sempre e muito" de Dirceu.

Com 56 anos de advocacia e dezenas de livros publicados, inclusive em parceria com alguns ministros do STF, Gandra, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra, diz que o julgamento do escândalo do mensalão tem dois lados.

Um deles é positivo: abre a expectativa

de "um novo país"
em que políticos
corruptos seriam
punidos.

O outro é ruim e
perigoso pois a corte
teria abandonado o
princípio
fundamental de que
a dúvida deve
sempre favorecer o
réu.

leia +